



## DESIGUALDADES PERSISTENTES: UMA ANÁLISE DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS ATINGIDAS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS <sup>1</sup>

**Isabela Liebeld Pinheiro<sup>2</sup>, Anna Paula Bagetti Zeifert<sup>2</sup>, Emily Giovana Hech Avozani<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida na Unijui; financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq. Trabalho desenvolvido a partir do projeto de pesquisa “Determinantes Multidimensionais da Pobreza e da Fome no Brasil e na Argentina: Estudo Comparado Sobre o Alcance dos Programas de Desenvolvimento e Assistência Social na Superação das Situações de Vulnerabilidades” (Edital FAPERGS 14/2022 ARD/ARC).

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais” (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa “Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade” (CNPq). Integrante do projeto de extensão “Observatório em Direitos Humanos” (CNPq). E-mail: isabela.pinehiro@sou.unijui.edu.br

<sup>3</sup> Pós-Doutorado pelo Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais - UNB/FLACSO Brasil. Doutora em Filosofia (PUCRS). Professora do PPGD/UNIJUI e do Curso de Graduação em Direito/UNIJUI. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade (CNPq). Pesquisadora FAPERGS ARD/ARC (2023-2025), projeto de pesquisa “Determinantes Multidimensionais da Pobreza e da Fome no Brasil e na Argentina: estudo Comparado sobre o Alcance dos Programas de Desenvolvimento e Assistência Social na Superação das Situações de Vulnerabilidades”. Coordenadora do Observatório de Direitos Humanos (Projeto de Extensão-PPGD/UNIJUI). E-mail: anna.paula@unijui.edu.br

<sup>4</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais” (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa “Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade” (CNPq). Integrante do projeto de extensão “Observatório em Direitos Humanos” (CNPq). E-mail: emily.avozani@sou.unijui.edu.br

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem enfrentado uma série de crises cujos impactos revelaram as desigualdades persistentes que assolam a sociedade brasileira de maneira histórica e estrutural, atingindo diretamente as populações mais vulneráveis. Eventos de ordem econômica, política, de saúde e ambiental, exposto desigualdades que desafiam as estruturas sociais do país, ampliando a segregação e revelando disparidades significativas entre diferentes grupos sociais.

Dessa forma, o presente estudo aborda como momentos de dificuldade exacerbam a segregação e destacam disparidades socioeconômicas, étnicas e de gênero. Ao examinar esses fenômenos, buscamos compreender melhor como as crises não apenas expõem o presente racismo ambiental presente em nossa sociedade, mas também como intensificam as divisões dentro das comunidades, inviabilizando políticas públicas, estruturas sociais e o bem-estar dos



indivíduos. Além disso, procura possíveis estratégias para mitigar seus impactos negativos e promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa é qualitativa, utilizando o método de abordagem hipotético-dedutivo, centrado na pesquisa bibliográfica e de dados públicos secundários em sites oficiais que traduzem informações sobre a temática em análise.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As discussões sobre justiça climática ou justiça ambiental não são novidade. As ondas de calor, vendavais, inundações e alagamentos são cada vez mais frequentes, representando uma nova realidade climática em todo mundo. Elas amplificam as desigualdades existentes, lançando os mais pobres para uma situação ainda mais precária.

No Brasil, mais de 10 milhões de pessoas vivem em áreas vulneráveis a esses eventos, segundo dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres (CEMADEN). Além disso, entre 2000 e 2018, cerca de 48 mil brasileiros, das 14 principais regiões metropolitanas do país, morreram por efeito do brusco aumento da temperatura, segundo dados publicados no periódico científico Plos One de 2024. (Veja, 2024).

Segundo o estudo, intitulado “Desigualdades demográficas e sociais do século XXI” em termos de mortes relacionadas ao calor nas áreas urbanas brasileiras, as principais vítimas destes fenômenos são as pessoas que vivem nas regiões periféricas, em condições mais precárias de moradia, com menos acesso a recursos de adaptação e também ao sistema de saúde. (Veja, 2024)

Frequentemente, as populações de baixa renda são empurradas para áreas irregulares, onde há maior risco de desastres, como próximo aos leitos dos rios ou em encostas. Dessa forma, aqueles que têm menos acabam por perder o pouco que possuem frente aos efeitos, cada vez mais incidentes e nocivos, dos eventos climáticos extremos.

Entretanto, acentuando as contradições da mudança global do clima, são as populações mais pobres que menos contribuem para as emissões de gases do efeito estufa, enquanto



sofrem as consequências mais severas do aquecimento global. Isso destaca a injustiça fundamental no ciclo das mudanças climáticas.

Dessa forma, é necessário falar sobre a questão do racismo ambiental e da justiça social no país, não há como discutir adaptação ou mitigação das mudanças climáticas sem abordar estes temas.

De acordo com a pensadora brasileira Tania Pacheco (Brasil 2024), o Racismo Ambiental é constituído por injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Sendo assim, é muito utilizado para os fenomenos em que os efeitos em maior proporção de catástrofes climáticas, impactam negros, indígenas e povos tradicionais em vulnerabilidade.

Segundo a matéria intitulada “O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis”, publicada no site do governo:

No Brasil, nas cidades e centros urbanos, o racismo ambiental tem um impacto significativo na população que vive em favelas e periferias, onde historicamente tem uma maioria da população negra. A falta de acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento, de estrutura urbana e de condições de moradia digna afetam a saúde e a qualidade de vida dos moradores e agrava ainda mais os impactos das mudanças climáticas, ocasionando enchentes e deslizamentos. (Brasil 2024)

Assim, resta evidente que muitos dos problemas são decorrentes das desigualdades históricas e estruturais que afetam o Brasil desde a sua formação e que colocam em condições desfavoráveis as populações mais vulneráveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amenizar os efeitos das mudanças climáticas é uma questão de justiça social. Na medida que buscamos soluções, é necessário que as políticas de mitigação e adaptação priorizem os mais afetados. Isso significa não apenas a implementação de medidas mais



rigorosas contra os poluidores, mas também a criação de redes de segurança e alertas para proteger as comunidades vulneráveis dos impactos devastadores do aquecimento global.

Além disso, a luta contra o racismo ambiental envolve a defesa dos direitos humanos e ambientais e a valorização do conhecimento e da experiência das comunidades afetadas. Para combater essa desigualdade, é necessário que a sociedade como um todo reconheça o problema e tome medidas para mitigá-lo.

Assim, ao avançarmos na agenda climática global, devemos lembrar que a verdadeira medida de sucesso não está apenas na redução das emissões, mas na garantia de que ninguém seja deixado para trás. As políticas públicas para o enfrentamento às mudanças climáticas também precisam ser muito mais transversais, visando a redução das desigualdades e enfrentando as injustiças sociais para construir um futuro sustentável e equitativo para todos.

**Palavras-chave:** Desigualdades. Justiça Social. Racismo Ambiental. Vulnerabilidades.

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica e a UNIJUÍ.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis.** Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PIRES, Thalita. **Dilemas da Humanidade: “os mais pobres são mais atingidos, mas impacto humano da crise climática é uma questão global”.** Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/16/dilemas-da-humanidade-os-mais-pobres-sao-mais-atingidos-mas-impacto-humano-da-crise-climatica-e-uma-questao-global>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VEJA. **Mudanças climáticas aprofundam as desigualdades no Brasil.** Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/balanco-social/mudancas-climaticas-aprofundam-as-desigualdades-no-brasil/mobile>. Acesso em: 17 jun. 2024.

# SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2024

**Biomás do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais**

De 23 a 27 de setembro de 2024.



XXXII Seminário de Iniciação Científica  
XXIX Jornada de Pesquisa  
XXV Jornada de Extensão  
XIV Seminário de Inovação e Tecnologia  
X Mostra de Iniciação Científica Júnior  
II Seminário Acadêmico da Graduação UNIJUÍ



WARNAVIN. Larissa. **Aquecimento Global e desigualdade: um olhar sobre os mais vulneráveis.** Disponível

em: <https://www.uninter.com/noticias/aquecimento-global-e-desigualdade-um-olhar-sobre-os-mais-vulneraveis>. Acesso em: 17 jun. 2024.